

QUESTÕES COM ESTRANGEIROS NO 1.º REINADO: O CASO DO BERGANTIM INGLÊS DART, NA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA

Nelma Baldin

Durante o Brasil Colônia e primeiro Reinado, foram freqüentes as questões político-burocráticas, envolvendo-nos com outros países. Uma destas questões desenrolou-se em fins de 1829, na então Província de Santa Catarina. O fato absorveu os Órgãos Públicos da Província, a Secretaria dos Negócios da Marinha e o Consulado Britânico no Rio de Janeiro.

Em novembro de 1829, fundeou no porto do Desterro, capital da Província de Santa Catarina, (hoje Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina), um bergantim Inglês, o *Dart*, que segundo sua tripulação, saíra de Londres para pescar baleias no Rio da Prata. O capitão do navio, William Lunden Haskings, no entanto, tendo enfrentado um problema com a tripulação, (a mesma desertara na altura de Maldonado — Uruguai, levando dois escaleres e deixando o capitão incapacitado para continuar a viagem), caiu em completa demência. Coube então, ao segundo — o piloto, John Parker, o comando da embarcação, conduzindo-a ao porto do Desterro. John Parker foi auxiliado por um americano que se encontrava em Maldonado e que se dirigia para o Rio de Janeiro. Este homem recomendou que Haskings (por estar doente), ficasse no Desterro aos cuidados de Matheus Pease (também americano, residente no Desterro e seu conhecido).

Para executar a atribuição, Pease, obteve de Haskings uma procuração escrita e reconhecida no cartório da vila-capital, que declarava-o com completa autorização para agir, como melhor fosse, com relação ao bergantim. Assim entendeu que lhe cabia tomar posse do navio, das munições e dos objetos pertencentes ao mesmo, vendendo-os, inclusive, para, segundo suas alegações, cobrir as despesas com a embarcação e com o comandante adoentado.

A atitude de Pease tornara-se insustentável. De posse da procuração, exigiu que a tripulação restante no *Dart*, lhe entregasse a carga de sal. Mediante a recusa do piloto, conseguiu, através de acusações de roubo e de desobediência, que o Intendente da Marinha da Província, José Maria Pinto, ordenasse a prisão da mesma. De fato, a 16 de novembro de 1829, José Maria Pinto, requereu junto ao Batalhão n.º 14, quatro soldados, sob comando de um cabo de Esquadra, para executarem uma ordem de serviço. Estes soldados, sob obediência do Intendente, prenderam a tripulação do bergantim Inglês

Dart. Os tripulantes eram: John H. Parker (piloto), Charles Adams, Robert Green, Thomas Roberts e Wiliam Smith. Como neste período, havia um grande número de presos militares no Calabouço, o Intendente considerou-os sob sua custódia, na prisão do Palácio do Governo.

Naturalmente que o fato, espalhou-se pela vila-capital. Agostinho de Souza Loureiro, Ouvidor da Comarca, ao tomar conhecimento do caso, verificou que não havia registros de culpa, na justiça da vila-capital. Mediante esta constatação, comunicou-se com o Presidente da Província, Francisco de Albuquerque Mello, procurando conhecer os motivos e a ordem da prisão. Solicitou um contato com os prisioneiros e que os mesmos ficassem sob a custódia do Governo da Província. O intérprete para o contato deveria ser um elemento neutro no caso (o Intendente — conhecedor da língua inglesa — era considerado suspeito). Albuquerque Mello, que só então tomou conhecimento do fato, executou as providências solicitadas.

José Maria Pinto, na qualidade de Intendente da Marinha da Província de Santa Catarina, estava autorizado para dirigir todo e qualquer trabalho da Marinha. Assim, alegou que devido à denúncia de Pease, sentiu-se autoridade suficiente para decidir sobre os proceçimentos a tomar e ordenou a prisão dos marinheiros ingleses. Quanto à informação ao Presidente da Província, justificou, como sendo esquecimento do oficial que comandava a guarda. Mediante a evasiva da resposta, Albuquerque Mello determinou uma investigação sobre o ocorrido. Coube a Souza Loureiro dar andamento às atividades.

Pelas Leis do Império, não poderia haver prisão sem culpa formada, por mais de 24 horas. Baseado neste particular, Souza Loureiro intimou a José Maria Pinto que lhe informasse sobre a culpa dos prisioneiros, pois pelas leis, estaria incorrendo em delito. O Intendente, considerando sua atitude privativa da repartição que dirigia, atribuiu-se competência para agir segundo o direito marítimo que julgava de seu arbítrio, sem a participação das autoridades territoriais. Assim, não admitia interferência em sua administração e considerava abusiva a intromissão do Ouvidor, em matéria, acima de sua competência e jurisdição. Frente a esta situação, Albuquerque Mello interveio em favor do Ouvidor, que segundo o mesmo, só se imiscuiria no caso, após consultar o Governo da Província.

Com o andamento das ocorrências, Pease providenciou que o Comandante Haskings, assinasse um ofício ao Presidente da Província, informando que apesar das interferências em favor de seus marinheiros, estes deveriam ser mantidos presos. Justificava esta posição, dizendo que estava tendo uma certa melhora em sua saúde e pudera verificar os roubos que os mesmos haviam praticado no navio. Dizia ainda que se fossem soltos, cessariam as suas responsabilidades. Também comunicava que assim que melhorasse de saúde, avisaria as autoridades britânicas para que estas os castigassem de acordo com as leis de seu país. Albuquerque Mello, suspeitando todas as providências cabíveis à segurança dos marujos e da embarcação.

Durante o desenrolar dos fatos, ocorreu que o comandante Haskings teve um intervalo de lucidez em sua crise mental e, conhecedor do caso e sabedor da existência de um inglês no Desterro, tratou de comunicar-se com o mesmo. Este inglês, John Davis, escreveu ao Cônsul Geral do Império Britânico no Rio de Janeiro, comunicando sobre a prisão da tripulação do **Dart**. Informava também sobre a doença de Haskings (completa-

mente enlouquecido) e das depredações que se cometiam no navio. A partir de então, o fato tomou maiores proporções.

O assunto já chegara à Secretaria dos Negócios Estrangeiros e, Miguel Calmon du Piu e Almeida, Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros, já alertara ao Governo da Província para que este fosse resolvido com a maior brevidade possível. O Ouvidor da Comarca tratara de providenciar a fatura do inventário do bergantim *Dart* e o destino do carregamento extraviado. Estes dados foram remetidos ao Consulado Inglês, no Rio de Janeiro, pelo brigue de guerra inglês, *Algevine*, que viera ao Desterro, unicamente para esse fim.

Neste interim, Haskings continuava em casa de Pease. E, embora sendo tratado pelo cirurgião-mor, Thomas Scoth, permanecia doente, embriagado e com difícil recuperação. O comandante do *Algevine*, solicitara ao Governo da Província que providenciasse a remoção de Haskings para bordo do bergantim *Dart*. Deduzia que este procedimento melhoraria o andamento das indagações. Embora com a contrariedade de José Maria Pinto, a determinação foi executada. A partir de então prosseguiram as investigações.

Pease foi seriamente interrogado sobre as suas intenções com relação ao bergantim, seu comandante e sua tripulação, uma vez que havia retirado a carga do navio, cognominando-se procurador e consignatário do mesmo. Haskings, tendo sido interrogado, reconheceu como suas as assinaturas nos ofícios enviados à Albuquerque Mello e na procuração que estava com Pease, muito embora alegasse desconhecer o teor dos documentos. Reconhecia também que haviam abusado de seu estado de saúde e que assinara os papéis sem saber o que continham. Ao ser indagado sobre como conhecera Pease, respondera que não lembrava o local e nem como, lembrava-se apenas que este lhe fizera boas propostas para a conservação do navio e da tripulação. Naturalmente que estando Haskings, enfermo das faculdades mentais, Pease aproveitara-se para estorqui-lo, ludibriando-o. Esta situação foi considerada pelo comandante do brigue *Algevine* como uma atitude de violência, praticada contra cidadãos ingleses. Reconhecia que Pease deveria ser julgado e, também, segundo o Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros, ser obrigado a restituir ao comandante do *Algevine*, os bens e gêneros de que se tinha apropriado. Ainda segundo o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Presidente da Província deveria mandar soltar imediatamente da prisão, os marinheiros ingleses, pois o processo já estava correndo a dois meses.

A pena imposta a Pease, além da restituição dos bens e gêneros do navio, foi de cumprir reclusão na cadeia pública. Pease ao tomar conhecimento da sentença, constituiu um cidadão da vila-capital como seu procurador, atribuindo-lhe poderes de direito e justiça, para que administrasse seus bens e procedesse inventário e diligências necessárias (no caso, prisão perpétua e/ou morte), para que tudo o que lhe pertencesse fosse entregue a seus herdeiros legítimos.

Os marinheiros ingleses foram postos em liberdade. Três deles e mais o comandante Haskings, seguiram para o Rio de Janeiro, à bordo do bergantim *Dart*, e acompanhados pelo brigue *Algevine*. Os outros dois marinheiros que haviam ficado no Desterro, sob os cuidados do negociante Guilherme Ricken, que recebera a atribuição do Presidente da Província, já estavam com a sua situação definida. O negociante deveria pagar 200 \$ réis diários a cada marinheiro, providenciar-lhes passagens para o Rio de Janeiro pelo brigue

Belisário e também fornecer-lhes os mantimentos necessários para a viagem. No Rio de Janeiro, deveriam ser entregues no Consulado Inglês, que se responsabilizaria em cobrir as despesas de passagens dos marinheiros. Em fevereiro de 1830 os marinheiros foram entregues ao Consulado Inglês e as suas despesas de viagem, importaram em 24\$ 000 réis, que foram pagas ao mestre do brigue **Belisário**.

Quanto ao procedimento do Intendente da Marinha da Província de Santa Catarina nesta questão, foi severamente criticado, tanto pela Intendência da Marinha da Corte, como pelo Governo da Província. De fato, a atitude de José Maria Pinto, impondo-se uma autoridade maior do que lhe era devida, gerara toda a problemática que envolveu a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e o Consulado Britânico no Rio de Janeiro.¹

A fim de evitar problemas semelhantes para o futuro, a Agência de Seguros Ingleses no Rio de Janeiro, tomou providências com relação aos acontecimentos. Os abusos praticados no bergantim **Dart** e as conseqüentes perdas sofridas, preveniu-os sobre este comportamento. Assim, em julho de 1830, a casa comercial de Trompovsky & Ricken (R. Trompovsky foi Agente Consular do Império em Santa Catarina em 1830 e Guilherme Ricken em 1831), na cidade do Desterro, foi nomeada para proteger os interesses das propriedades inglesas na Província de Santa Catarina.²

Pelo estudo da documentação pesquisada, se pode observar que o processo de aprisionamento do pessoal estrangeiro em território brasileiro, foi tratado com muito respeito pela Secretaria dos Negócios Estrangeiros, a qual, cuidou de solucionar o caso, junto ao Consulado Britânico. De fato, Miguel Calmon du Piu e Almeida procurou resolver a questão, com certa urgência, sem prejuízo da parte interessada e, conservando um clima de amizade e compreensão para o Governo Brasileiro, junto ao Consulado Britânico, no Rio de Janeiro.

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil.

NOTAS

¹ Ofícios datados de 12 de novembro de 1829 a 3 de fevereiro de 1830, enviados por José Maria Pinto (Intendente da Marinha da Província de Santa Catarina), Francisco de Albuquerque Mello (Presidente da Província - 1829), Agostinho de Souza Loureiro (Ouvidor da Comarca do Desterro), William Lunden Haskings (Comandante do bergantim **Dart**), Carlos Talbot (Comandante do brigue **Algevine**), Miguel Calmon du Piu e Almeida (Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros), Miguel de Souza de Mello e Alvim (Presidente da Província - 1830) e Guilherme Ricken (comerciante da praça do Desterro e Agente Consular do Império em Santa Catarina - 1831). Estes ofícios versam sobre a prisão da tripulação do bergantim inglês **Dart**, pelo Intendente da Marinha da Província de Santa Catarina e as implicações burocráticas que se geraram deste fato, junto à Secretaria dos Negócios Estrangeiros e o Consulado Britânico, no Rio de Janeiro. (*Arquivo Histórico do Palácio Itamarati* - Rio de Janeiro. Livro 311/1/1, 1822 - 1847).

² Ofício de Trompovsky & Ricken (comerciantes do Desterro), ao Presidente da Província, Miguel de Souza de Mello e Alvim, datado de 27 de julho de 1830. O ofício comunica a nomeação da casa comercial da firma supra citada, para a proteção das propriedades inglesas em Santa Catarina. (*Arquivo Público do Estado de Santa Catarina* - Florianópolis. Livro de Correspondência dos Cônsules do Império no Desterro aos Presidentes da Província - 1830 - 1839).